

REALIDADE OU CRIAÇÃO? UM PANORAMA SOBRE O ROMANCE HISTÓRICO

Ludmila Giovanna Ribeiro de Mello (Faculdades Integradas de São Carlos)

RESUMO: Por meio do romance, a ficção consegue tornar coerentes fatos históricos que a própria historiografia não conseguiria definir, pois a realidade possui várias facetas, e o romance pode interpretá-las a partir da imaginação. Este artigo apresenta esse subgênero do romance, o romance histórico, da sua origem aos dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: história e ficção; romance histórico.

1. As origens

L’histoire est un roman qui a été; le roman est de l’histoire qui aurait pu être.
(GONCOURT *apud* BRASIL, 1997a, contracapa)¹

A partir desta afirmativa de Frères Goncourt, podemos questionar as fronteiras que dividem a História², enquanto descrição de fatos reais, e o gênero romance, uma vez que a História descreve e analisa criticamente os acontecimentos e a literatura é restrita ao âmbito estético e cultural (BRASIL, 1997b, p. 384). É com a união desses dois tipos de textos que chegamos ao conceito de romance histórico. Devemos, no entanto, lembrar que “romance” é o substantivo modificado pelo determinante “histórico”; falamos, assim, de um subgênero do romance e não da História. O romance histórico é, portanto, um texto literário que usa do discurso histórico, como podemos confirmar nos dizeres de Marinho:

Trata-se de um *gênero híbrido*, na medida em que é próprio da sua essência a conjugação da ficcionalidade inerente ao romance e de uma certa *verdade*, apanágio do discurso da História. (MARINHO, 1999, p. 12)

Caberia, então, ao romancista histórico recriar a História, rerepresentando-a sem a necessidade de ater-se a datas e nomes, centrando-se numa busca por criar verdades desejáveis.

Esse tipo peculiar de narrativa teria surgido, segundo Lukács, na Europa no século XIX, onde transformações políticas como a Revolução Francesa e a ascensão e queda de Napoleão permitiram o surgimento desse subgênero, numa tentativa de resgatar a História perdida ou esquecida. Ainda segundo Lukács, Walter Scott teria sido o “pai fundador” desse tipo de romance (LUKÁCS, 1969).

Entretanto, desde a Antigüidade Clássica a ficção e a realidade aparecem como partes constituintes da História, pois os historiadores acabavam por misturar em seus textos acontecimentos reais com fatos mitológicos:

Na Antigüidade clássica, a invenção de discursos pelos historiadores que afirmavam dizer a verdade não era considerada uma prática aética. Em outras palavras, escritores gregos e seus públicos não colocavam a linha divisória entre história e ficção no mesmo lugar em que os historiadores a colocam hoje (ou foi ontem?). (BURKE, 1997, p. 108)

Percebemos, portanto, que na Grécia antiga a distinção entre História e ficção, muitas vezes, dava-se a partir da interpretação do escritor ou do próprio leitor.

Na Idade Média, a fronteira entre o real e o fictício também tornou-se tão estreita que é quase impossível identificá-la, pois, assim como na Grécia antiga, a vida dos santos católicos é cheia de mistério e de ficção.

Ao serem analisados, esses textos levam os pesquisadores a levantar conceitos do que poderia ser considerado romance histórico. Se concordarmos com Roberto Reis que afirma que o “romance histórico é a intersecção entre o texto histórico e o texto literário, preservando, respectivamente, as ideologias históricas e ficcionais” (REIS, 1998, p. 236-237). Contudo, há divergências quanto a esse conceito, afinal nem todo romance que se situa no passado é histórico. O que Roberto Reis afirma não é falho, mas é, com certeza, superficial, uma vez que nem sempre cabe a uma narrativa histórica prender-se às ideologias inerentes à História e à ficção. Muitas vezes, o romancista irá reconstruir a História através da ficção e esta pode, inclusive, preencher lacunas deixadas pelos textos oficiais.

Entre os séculos XVII e XVIII, na Europa, principalmente na Inglaterra e na França, há o desenvolvimento do romance enquanto gênero literário, assim como da historiografia, ambos como resultado da chamada “crise da consciência histórica”, que consistiu em um ‘debate’ sobre a importância de se conhecer o passado (as guerras, a

cultura, as ideologias) e as maneiras de se transcrevê-lo em forma de ficção (BURKE, 1997, p. 110). Por essa razão, aparecem referências constantes relacionando História e ficção.

Ainda nesses séculos, já havia a presença de romances que mesclavam essas características, como os de Madame de Lafayette. Mas esses romances, assim como os que surgiriam na seqüência, prendiam-se aos fatos reais e sentiam-se no direito de apenas criar ou modificar personagens menores da História (BURKE, 1997, p. 110).

Durante o Renascimento e o século seguinte, a historiografia e a ficção separaram-se e o “olhar” sobre o real passou a ser mais objetivo:

Do lado da historiografia, a ciência com suas pretensões de objetividade na apreensão do real, do lado do romance, ao contrário, a subjetividade e a imaginação. Mas, este distanciamento não se realizou de maneira tão abrupta como poderíamos imaginar. (DECCA, 1997, p. 198)

No século XIX, com o apogeu do Romantismo, há uma necessidade de buscar a identidade nacional, num momento de profundas transformações político-sociais na Europa, como as guerras napoleônicas.

Trata-se de um momento no qual tanto os defensores da restauração quanto os que procuram manter vivos os ideais da revolução burguesa revelam uma consciência histórica crescente e buscam fazer grandes interpretações do passado, seja para idealizar a Idade Média, em contraponto com as contradições e conflitos do período revolucionário, seja para dar ênfase ao progresso humano, ressaltando como passo decisivo a revolução francesa. (FIGUEIREDO, 1997, p. 1)

É nesse momento que caberá à ficção ultrapassar as barreiras do ficcional, retratando a contemporaneidade, num sentimento de valorização da pátria.

Ainda no século XIX, os romances refletem características contemporâneas dos protagonistas, por exemplo, as famílias patriarcais e burguesas, traduzindo, portanto, a sociedade oitocentista para a ficção. Afinal, o ideal romântico pregava a observação e a valorização da pátria como expressão do nacionalismo então vigente (REIS, 1998, p. 236-237).

Durante esse período, o romance, como gênero literário, passa a ser, mais do que nunca, um meio de valorização e de descoberta da cultura e da identidade

nacionais. Aparece, assim, o chamado romance histórico tradicional, aquele que leva ao mundo ficcional o pensamento e a expressão históricos de uma época.

A preocupação de cada escritor passa a ser o de transcrever em suas obras aquilo que pudesse ser considerado de *caráter puramente nacional*, ou seja, os ‘heróis’ do passado e os principais aspectos da História, porém

A preocupação maior do romance histórico romântico era conseguir a síntese entre a fantasia e a realidade, onde os jogos inventivos do escritor aplicados a dados históricos produzissem composições que dessem aos ávidos leitores, ao mesmo tempo, ilusão de realismo e oportunidade de escapar de uma realidade que não satisfazia. (ESTEVES, 1998, p. 129)

Em países como França, Inglaterra, bem como na Itália, surgem grandes obras produzidas nesse gênero, tais como *A comédia humana*, de Balzac, *Os miseráveis*, de Victor Hugo, *Guerra e Paz*, de Tolstói, entre outros.

Portanto, o romance histórico surge, no século XIX, numa tentativa de usar a História nos textos literários para auxiliar na construção de uma identidade nacional em um momento em que se formavam os Estados modernos e a idéia de nação estava ligada a questões de poder político e econômico.

2. O romance histórico no Brasil

(...) a confiança na grandeza do país, que do terreno material se refletiria no da cultura; a necessidade da independência como chave desse processo; a função construtiva do patriotismo; sobretudo a noção de que o nosso futuro dependia duma incorporação da tradição européia ao ritmo do novo mundo, dum esforço para transfundir nas nossas veias a virtude mágica daqueles “dons”, que contemplávamos deslumbrados “junto dos mares” mal saídos do confinamento colonial. (CANDIDO, 1976, vol. I, p. 278)

No Brasil, o romance histórico aparece durante o Romantismo, ainda no século XIX, quando o escritor “vibra com a pátria e se irmana com a humanidade” (CANDIDO, 1976, p. 204). O apoio do imperador D. Pedro II para consolidar a cultura

nacional garante pesquisas sobre o nosso passado e esse interesse pela nossa História leva os escritores a substituir as epopéias pelos poemas políticos e o romance histórico:

Dizendo-se sempre herdeiro das tradições e da memória coletiva do povo, o romance histórico desenvolveu-se junto com uma historiografia de exaltação nacional a partir das primeiras décadas do século XIX, e ambos predominaram no cenário cultural brasileiro até a década de 60 deste século [XX]. Utilizando-se dos elementos ficcionais da memória coletiva, que são as lendas, canções, poemas, ritos religiosos, símbolos, o romance histórico reelabora os seus conteúdos e os inscreve na ordem do tempo histórico, cronológico e linear. (DECCA, 1997, p. 205)

José de Alencar foi o prosador brasileiro que, sem dúvida, melhor exprimiu em seus livros o *caráter nacional*, isso se levarmos em conta os ideais românticos com os quais ele conviveu, que buscavam na idealização da pátria a valorização dessa, como nos aponta Valéria De Marco:

[José de Alencar] propôs o romance como o gênero da modernidade mais eficaz para descobrir, fazer e escrever a História. (DE MARCO, 1993 *apud* DECCA, 1997, pg. 205)

De um modo geral, o romance brasileiro do século XIX buscava, através do ficcional, criar uma nacionalidade e, no caso do Brasil, isso coincide com o momento da nossa independência:

(...) o Romantismo, tendo chegado até nós na época da nossa emancipação política, deu-nos coisas boas: com ele surgiu o sentido nacional e independente da nossa literatura – o romance – e conseqüentemente o ‘romance histórico’. (RIBEIRO, 1976, p. 2)

Segundo Figueiredo, toda a América Latina, nesse momento, procura “elipsar os traumas da conquista ibérica” (FIGUEIREDO, 1997, p.2), criando novas imagens, ou seja, partindo para as idealizações:

A construção da memória nacional se realiza através do esquecimento. Ela é o resultado de uma amnésia seletiva. Esquecer significa confirmar determinadas lembranças, apagando os rastros de outras, mais incômodas e menos consensuais. (ORTIZ, 1994, p.139)

Enquanto os europeus retornavam à Idade Média e a seus heróicos cavaleiros, nossos escritores, ao expressarem seu nacionalismo, acabam por escolher o índio como representante deste:

Influenciados pelo ‘nacionalismo’ os escritores do romantismo brasileiro adentraram-se pelo ‘indianismo’, época em que o fermento nacionalista se extravasava, daí ter cada poeta ou escritor louvado em seu país o que havia de genuinamente nacional, patriótico. (RIBEIRO, 1976, p. 11)

A preocupação de cada escritor era transcrever em suas obras aquilo que pudesse ser considerado de *caráter puramente nacional*, ou seja, os ‘heróis’ do nosso passado e os principais aspectos de nossa História.

A preocupação em resgatar e, ao mesmo tempo, reconstruir a História nacional leva os escritores brasileiros a produzirem romances históricos:

(...) o mesmo sentimento nacionalista que empurrou os escritores e poetas para o indianismo os impulsionou também a escrever ‘romances históricos’, onde os nossos quadros da história pátria e os nossos heróis fossem decantados e exaltados. (RIBEIRO, 1976, p. 17)

Nosso maior romancista desse período, José de Alencar, foi também nosso primeiro e mais convicto escritor de romances históricos. O primeiro livro que pôde receber tal classificação foi, segundo Dino Fausto Fontana, *As minas de Prata* (1862):

(...) As Minas de Prata constituem o primeiro romance verdadeiramente histórico de nossa literatura, não pela ordem cronológica da publicação (...) mas pela importância e vulto da obra. (FONTANA *apud* RIBEIRO, 1976, p. 65)

Os temas a serem tratados pelos nossos escritores em seus romances históricos não fugiam à mentalidade histórica do século XIX: patriotismo, cultura nacional, ao mesmo tempo em que havia necessidade de expressar nossa liberdade recém conquistada.

Outros autores também aderem ao gênero difundido por Alencar, como, por exemplo, Euclides da Cunha em *Os Sertões* e Taunay em *A retirada da Laguna*.

Nas décadas posteriores a busca em romper com o passado e as tendências colonizadoras, leva os romances, principalmente os de Mário de Andrade e as publicações de Oswald de Andrade, a uma postura negativa quanto ao passado do país, opondo-se, portanto, a base dos romances históricos tradicionais. (FIGUEIREDO, 1997, p. 4)

O romance histórico, no Brasil, volta a ganhar força quando, ao fim da ditadura militar, algumas vezes durante a mesma, os escritores buscam retomar a cultura nacional, “por meio de uma volta às vezes crítica e às vezes nostálgica ao passado” (PELLEGRINI, 1999, p. 115). É o caso dos livros: *Viva o povo brasileiro* de João Ubaldo Ribeiro, *Agosto* de Rubem Fonseca, *O Chalaça* de José Roberto Torero, *Memorial de Maria Moura*, de Rachel de Queiroz, entre outros. Esses novos romances históricos buscam incluir “alusões intertextuais para que o leitor mais esperto possa se satisfazer com a visão semiotizada da história”. (FIGUEIREDO, 1997, p. 6)

Percebe-se que, nas três últimas décadas, vem crescendo, no Brasil, o número de publicações que se encaixam no subgênero romance histórico, entre essas os livros de Ana Miranda, como *Desmundo e Boca do Inferno*.

3. História e ficção

Por definição, a História é ciência factual, e é, a esse título, diametralmente oposta à ficção. (NUNES, 1998, p. 10)

Ao nos referirmos à diluição das fronteiras entre a História e ficção no surgimento do romance histórico, resta-nos questionar tais conceitos.

Entre os séculos XVII e XVIII, na França e na Inglaterra, juntamente com o desenvolvimento das narrativas de ficção, já haviam surgido questões relacionadas à necessidade de se conhecer e de se estudar o passado. Com isso, a preocupação com a História já aparece como um dado importante.

Tanto a História quanto a ficção transmitem certas ideologias, entretanto a historiografia transcreve um mundo ‘acabado’, imutável e inalcançável, enquanto que as narrativas permitem ao leitor interferir, imaginar e recriar a história (ZILBERMAN, 1997, p. 184).

Em geral, enquanto a historiografia se preocupa com uma visão objetiva da realidade, o romance se atém à subjetividade e à imaginação, ou seja, a diferença entre um romance histórico e a História oficial está na *maneira* com que ambos olham o mesmo objeto, como afirma Edgar de Decca, a diferença entre ficção e História não está “naquilo que ambas perseguem, mas no modo de investigar tais objetivos” (DECCA, 1997, p. 199). O estudo científico da História baseia-se em dados, documentos e entrevistas que lhe conferem maior veracidade, enquanto a ficção não precisa disso para adquirir significado.

Na literatura, a História normalmente aparece de modo superficial, como se o histórico-social servisse somente de plano de fundo para as ações ficcionais. Isso ocorre porque não há preocupação em resgatar a “História verdadeira”, aquela que consta nos livros didáticos, por exemplo. A literatura tem liberdade para “brincar” com os personagens históricos e até mesmo inventá-los, pois não cabe a ela tratar de uma verdade.

(...) as referências ao histórico [na literatura] se dão de maneira epidérmica, como se o histórico-social deslizesse nos bastidores da análise ou como se tais alusões maculassem a exegese com uma heresia que seria da competência exclusiva dos cientistas sociais. (REIS, 1998, p. 235)

Podem-se mencionar ainda as biografias que, segundo Bella Josef, constituem um gênero também considerado como uma fronteira entre o real e o ficcional, pois elas podem tornar-se um importante documento histórico, se considerarmos a vida de figuras ilustres, ao mesmo tempo em que se estrutura tal qual um texto literário (JOSEF, 1998).

Podemos observar, portanto, que o romance histórico constitui um gênero literário que recorre às linhas da História para montar o plano de ação de suas personagens, buscando manter o máximo de ‘realidade’ permitida ao mundo ficcional.

Ao final do século XIX, criam-se novas fronteiras entre História e ficção. Estas surgiram com a necessidade de desmistificar a História que, para os românticos, era parte fundamental na resolução de conflitos do presente. Isso abalou o otimismo romântico, o que levou os *romances históricos* a uma transformação, passando a interpretar passados mais remotos e a modificar a representação desses, assim como reestruturam a linguagem e a criação de imagens. É possível afirmar, segundo Benedito

Nunes, que o texto passou a ficcionalizar a História, enquanto historicizava a ficção (NUNES, 1998, p. 34).

O que move esse novo romance histórico é a vontade de reinterpretar o passado com os olhos livres das amarras conceituais criadas pela modernidade européia do século XIX, é a consciência do poder da representação, da criação de imagens e, conseqüentemente, do poder de narrar e de sua importância na constituição das identidades das nações modernas. (FIGUEIREDO, 1997, p. 2.)

Dessa maneira, o romance histórico “torna-se, assim não uma forma de conhecimento histórico (como os românticos pretendiam), mas a inquirição da possibilidade de utilizar esse mesmo conhecimento de uma perspectiva epistemológica ou política”. (MARINHO, 1999, p. 39).

4. O desenvolvimento do subgênero

(...) esse novo romance histórico aponta para o individual, para o fragmento, para a percepção atomizada do mundo que caracteriza o homem de hoje, na medida em que o autor é um demiurgo que conta a *sua* versão de uma *História possível*. (PELLEGRINI, 1999, p. 116)

O Realismo e o Naturalismo, como estilos literários, vêm apresentar uma nova categoria de romance, pois “olham” para o real e o transportam para a ficção, mas não da maneira idealizadora como faziam seus antecessores românticos. Os escritores não buscam valorizar um passado medieval de orgulho e sim retratar a sociedade de seu tempo, os acontecimentos contemporâneos à sua escrita.

Pelo projeto realista do século XIX, formulado sobretudo por escritores franceses e russos, o romance deveria seguir determinadas convenções para simular um real que, acreditava-se, copiava uma concreta realidade exterior. (GUELF, 1999, p. 36)

Enquanto o romântico buscava resgatar o passado da pátria idealizada passando a criar grandes heróis, o romance histórico do final do século XIX tenta retratar o momento presente. Já no século XX, quando a História perde seu papel de consolidadora de valores nacionais, o escritor passa a repensar o mundo no qual vive, e os escritores do Modernismo criam outras realidades, uma vez que o discurso histórico mudou.

A literatura passa, portanto, a analisar a sociedade e a reinterpretá-la, ou seja, a problematizar o real ao invés de apenas descrevê-lo, buscando configurar uma nova expressão do nacional. O romance histórico, por sua vez, permite ao leitor interpretar a realidade ficcional, já que não traz necessariamente a versão oficial da História, permitindo ao leitor uma nova visão sobre essa.

No romance histórico contemporâneo, o autor, ao retratar o passado, deixa de se preocupar com detalhes, com a fiel representação das personagens e suas ações, pois

ele **interpreta** o fato histórico, lançando mão de uma série de artimanhas ficcionais, que vão desde a ambigüidade até a presença do fantástico, inventando situações, deformando fatos, fazendo conviver personagens reais e fictícios, subvertendo as categorias de tempo e espaço, usando meias-tintas, subtextos e intertextos – recursos da ficção e não da história –, trabalhando, enfim, não no nível do que foi, mas no daquilo que poderia ter sido. (PELLEGRINI, 1999, p. 116)

Um novo romance histórico, assim como ocorreu com o gênero romance, surge da “crise do princípio mimético”, transformando-o a ponto de criar um novo projeto de narrativa histórica. Surge, no final do século passado, a chamada *metaficção historiográfica*, texto marcado pela forma peculiar como a História é tratada.

Segundo Linda Hutcheon (1991), na pós-modernidade, as barreiras entre História e ficção rompem-se e não só o passado é visto de maneira diferente, mas também o próprio fazer literário. Hutcheon afirma ainda que a metaficção historiográfica “não reconhece o paradoxo da realidade do passado, mas sua acessibilidade para nós atualmente” (HUTCHEON, 1991, p. 152). Esse tipo de ficção histórica, muitas vezes, tende ao carnavalesco, ao deboche e ao riso, criando uma forma inovadora de ver a História. A metaficção historiográfica é, portanto, marcada pela

“presença dos conceitos bakhtinianos de dialogia, carnavalização, paródia e heteroglossia”. (ESTEVEES, 1998, p. 133-134)

É importante ressaltar que tanto a metaficção historiográfica quanto os romances históricos contemporâneos são narrativas históricas, ou seja, ambos os textos têm como base um acontecimento histórico anterior ao momento da produção. No entanto, nem todo romance histórico contemporâneo é uma metaficção historiográfica, uma vez que o primeiro realiza uma releitura da História, mas sem a intenção da paródia. Segundo Esteves, essas afirmativas podem ser comprovadas por obras como de Ana Miranda que, apesar de produzir romances históricos na contemporaneidade, não faz uso da metaficção, pois

(...) apesar de a escritora cearense inovar bastante em sua narrativa, muitas das características apontadas como básicas para a nova modalidade de romance histórico não estão presentes em suas obras. Algumas delas são as distorções conscientes da história através de omissões (...); ou ainda a utilização em larga escala, dos conceitos bakhtinianos de carnavalização, paródia e dialogia (...). (ESTEVEES, 1998, p. 143)

Esses novos romances históricos, portanto, buscam incluir os leitores em histórias cheias de passado, mas sem preocupação direta com a “verdadeira” História nacional. Eles podem recriar, reinventar personagens na busca de melhor representar suas idéias. Não há mais a necessidade de se criar ou identificar o patriotismo ou a nacionalidade como nos romances históricos do século XIX e, por isso, cabe ao autor adentrar na História e tirar dela o que de melhor houver para a representação ficcional, sem compromisso com a História oficial.

¹ A história é um romance que foi, o romance é uma história que poderia ter sido. (tradução livre)

² A partir daqui usaremos *História* com “H” maiúsculo para nos referirmos à narração de fatos históricos, políticos e sociais ligados a uma sociedade ou à toda a humanidade; enquanto *história* com “h” minúsculo refere-se ao sinônimo de *enredo*. As citações irão constituir, em algumas vezes, a exceção.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Luís Antonio de Assis. **Videiras de Cristal**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997a.

-
- BRASIL, Luís Antonio de Assis. História e Literatura. In: **Gêneros de fronteira – cruzamento entre o histórico e o literário**. São Paulo: Xamã, 1997b.
- BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre história e ficção. In: **Gêneros de fronteira – cruzamento entre o histórico e o literário**. Tradução Sandra Vasconcelos. São Paulo: Xamã, 1997.
- CANDIDO, Antonio & CASTELLO, J. Aderaldo. **Presença da literatura brasileira: das origens ao Romantismo**. Vol. I. São Paulo: Difel, 1976.
- DECCA, Edgar de. O que é romance histórico? Ou, devolvo a bola para você, Hayden White. In: **Gêneros de fronteira – cruzamento entre o histórico e o literário**. São Paulo: Xamã, 1997.
- ESTEVES, Antônio R. O novo romance histórico brasileiro. In: ANTUNES, L. Z. (org). **Estudos de literatura e estética**. São Paulo: Arte & Ciência (UNESP – FCL Assis), 1998. p. 125-158.
- FIGUEIREDO, Vera Follain de. O romance histórico contemporâneo na América Latina. **Revista Brasil de Literatura**. Rio de Janeiro: 1997. Também disponível em: <http://members.tripod.com/~lfilipe/Vera.html>. Acesso em: 23/07/2008.
- GUELFÍ, Maria Lúcia F. Ficção e História: um jogo de espelhos. **Gragoatá**. Niterói, n.6, p. 25-41, 1º semestre de 1999.
- HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção**. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- JOZEF, Bella. (Auto) Biografia: Os territórios da memória e da história. In: LEENHARDT, J. & PESAVENTO, S. (orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.
- LUKÁCS, Georg. **The historical novel**. New York: Penguin Books, 1969.
- MARINHO, Maria de Fátima. **O romance histórico em Portugal**. Lisboa: Campo das Letras, 1999.
- NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce C. (org). **Narrativa: ficção e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1998. p. 9- 35.
- ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
-

PELLEGRINI, Tânia. A ficção brasileira hoje: os caminhos da cidade. **Olhar** - Revista do CECH (Centro de Ciências Humanas) da UFSCar, São Carlos, ano 1, n.º 2, dez 1999.

REIS, Roberto. (Re)lendo a História. *In*: LEENHARDT, J. & PESAVENTO, S. (orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária**, Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

RIBEIRO, José A. P. **O romance histórico na literatura brasileira**. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

ZILBERMAN, Regina. História romanceada. *In*: **Gêneros de fronteira – cruzamento entre o histórico e o literário**. São Paulo: Xamã, 1997.